

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Cidade e Território	Jan / 2010
labeca		1 de 16									

LONIS, R.

1994. *La cité dans le monde grec. Structures, fonctionnement, contradictions*. Paris, Nathan Université: 93-108.

[tradução: Maria B. B. Florenzano; revisão Labeca]

Capítulo 5: Cidade e Território

Uma cidade é também uma realidade física, material, composta de dois elementos principais: de uma parte, a aglomeração urbana propriamente dita constituída por um centro (*ásty*), por subúrbios (*proásteia*) e, às vezes, por um ou vários portos (*limén*); de outra parte, pela zona rural (*khóra*) com seus campos cultivados e suas terras de pasto, suas pedreiras e suas minas, seus bosques e seus pântanos, até os limites muitas vezes contestados pelo território vizinho. Entre as duas partes há as muralhas (*teiche*) que frequentemente marcam os limites entre aglomeração urbana e zona rural.

1. Cidade e Campo.

1.1 O Centro urbano.

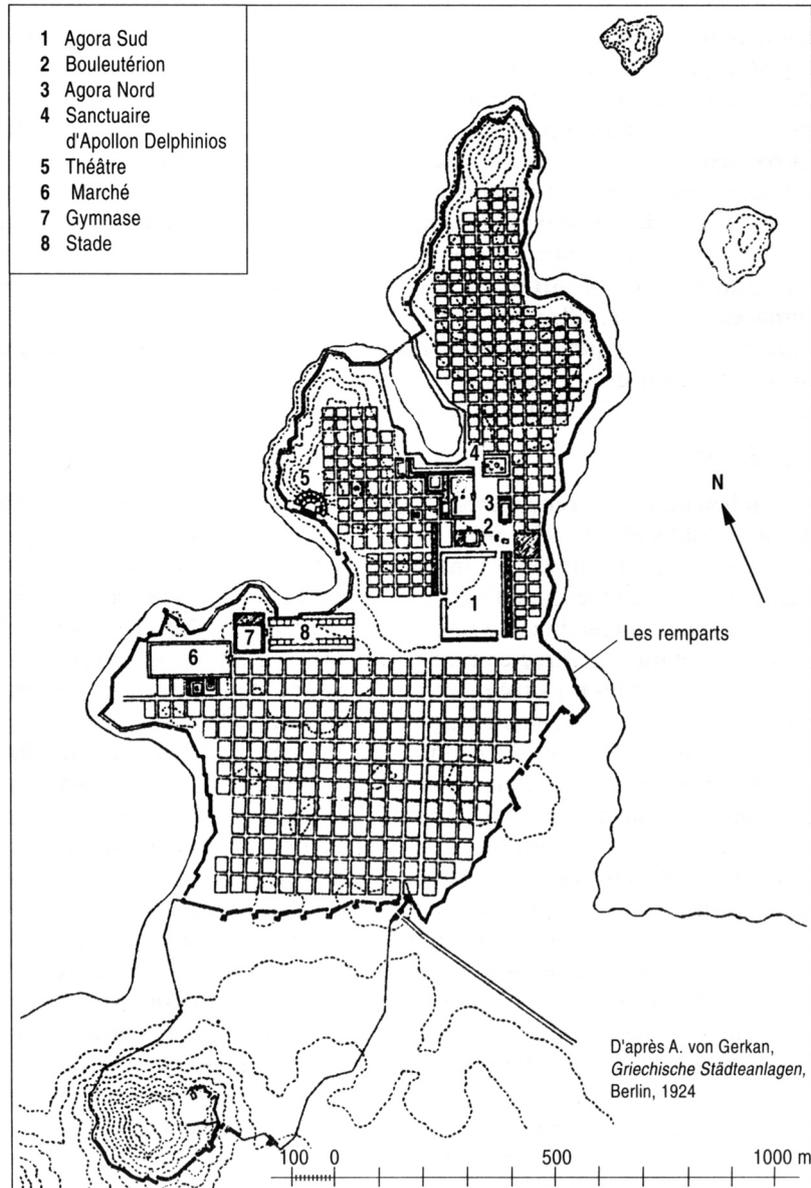
É um conjunto de residências privadas e edifícios públicos, às vezes dispostos em bairros bem arranjados mas, na maioria das vezes implantados de maneira anárquica. Nas fundações recentes, que são as cidades coloniais, o traçado regular e quase sempre ortogonal das ruas permite o recorte do espaço em quarteirões bem individualizados (fig. 10). O traçado ortogonal também é comum em cidades antigas reconstruídas a partir do período Clássico, como Mileto no século V a.C. (fig. 11), ou como os bairros portuários anexados posteriormente às cidades mais antigas como o Pireu em Atenas (fig. 12). Na época helenística, a planta ortogonal conhecida como “tabuleiro de damas” é muito comum em numerosas cidades recém fundadas e é por isso que, nestas cidades, a formação de bairros sociais ou etnicamente diferenciados ficou facilitada: o exemplo de Alexandria, no Egito, é particularmente eloquente nesse sentido. Por outro lado, o urbanismo desenvolveu-se na maior desordem em função da configuração do terreno, dos acréscimos sucessivos de população e da natureza das funções econômicas. Mas, qualquer que seja o ordenamento das ruas e dos bairros,

o espaço urbano comporta geralmente vários pólos importantes cujos valores, tanto funcionais quanto simbólicos, são essenciais.

10. MÉGARA HYBLAEA : LE CENTRE DE LA VILLE À L'ÉPOQUE ARCHAÏQUE



11. MILET APÈS LA RECONSTRUCTION DU V^e SIÈCLE



1.1.1 A acrópole

É o centro religioso por excelência, já que os santuários das divindades políades geralmente são estabelecidos ali. Mas, ela também é, em algumas épocas e em algumas cidades, um centro político. Em outros tempos, as cidadelas micênicas abrigavam a sede do poder real. Os tiranos de Atenas fizeram da acrópole um lugar de cuidados especiais. Mesmo que ela tenha sido eclipsada

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Cidade e Território	Jan / 2010
labeca		4 de 16									

posteriormente nessa função pela ágora, às vezes, ela foi parte do jogo político em momentos de confusão, quando uma ou outra das facções que se opunham procuraram apoderar-se dela. Aristófanes não se engana quando em uma de suas comédias, *Lisístrata*, ele faz da ocupação da acrópole o objetivo das mulheres que querem tomar o poder em Atenas. Com o tempo, a acrópole deixou de ter seu papel defensivo/estratégico inicial. Quando ela mantém essa função é mais como posto de observação ou de comando. Algumas cidades como Mantinéia, na Arcádia nunca tiveram uma acrópole.

1.1.2 A ágora

É um lugar de vida, de encontros, de transações comerciais e de debates políticos. Sua localização a predispõe a essas funções. Nas fundações recentes de grade urbana regular, a ágora está na intersecção das vias principais, como em Mégara Hibléia, na Sicília, onde a ágora está enquadrada por ruas dispostas grosseiramente no sentido norte-sul e leste-oeste; ruas que lhe dão um formato trapezoidal. Nas cidades mais antigas, mesmo estando fora do centro, como em Corinto e Atenas, a ágora se situa no cruzamento dos eixos mais frequentados. O que os estudos dos historiadores do urbanismo antigo bem demonstraram é que, nas cidades mais antigas, a ágora nasce do encontro de seus principais eixos de circulação, ao passo que nas cidades jônicas e nas fundações coloniais os eixos principais são definidos a partir do estabelecimento de uma praça pública.

Um pouco por todas as partes, a ágora tem três funções: político-administrativa, religiosa e econômica. Ela tem, com efeito, um papel de centro político e administrativo. Em numerosas cidades ela serve como lugar das reuniões da assembleia do povo. Em Atenas, se as reuniões da assembleia tinham lugar na Pnix, o buleutério, sede da bulé; o *Metrôon*, edifício dos arquivos; o *thólos* edifício circular em que os prítanes se reuniam para fazer sua refeição comum; o edifício em que se reunia o Tribunal popular; o pritaneu que abrigava o lar comum da cidade e onde esta acolhia, por um dia, os estrangeiros de renome ou os cidadãos ou, ainda, alimentavam vitaliciamente certos benfeitores; todos esses edifícios localizavam-se na ágora. Mas a ágora é também um centro religioso: em Atenas, ela é a sede de numerosos edifícios ou monumentos cultuais: templo de Deméter, templo de Apolo *Patroos*, pórtico de Zeus, altar dos doze deuses, estátuas dos heróis epônimos, das dez tribos e assim por diante. A ágora é, de fato, o lugar em que se desenrolam numerosos jogos, concursos, procissões: as

	Cidade e Território	Jan / 2010
labeca		5 de 16

Grandes Dionisíacas atenienses ali são celebradas até o início do século V a.C.; o cortejo das festas Panatenaicas sempre atravessa a praça, cortando-a diagonalmente. Em Corinto, as Grandes Festas das Eukleia e aquela das Hellotia, ali se desenvolvem durante vários dias. Em Magnésia do Meandro, até o século II a.C., é na ágora que tem lugar as cerimônias em honra de Zeus *Sosípolis* e de Ártemis *Leukofriena*. A função política e a função religiosa da ágora estavam estreitamente relacionadas, como fica claro pelo epíteto de *agoraios* apenso a várias divindades. Esses *theoi agorai* são as divindades que protegem mais particularmente as instituições da cidade: Zeus *agoraios* em numerosas cidades, Atena *agoraia* em Esparta, Ártemis *agoraia* em Epidauro e em Olímpia, Afrodite *agoraia* em Cízico e assim por diante.

A função econômica da ágora era igualmente importante sobretudo a partir da época clássica, porque é lá que aparece o pequeno comércio dos revendedores de todos os tipos e onde se instalam as mesas dos cambistas e banqueiros. Mas, em muitas cidades, a atividade comercial mais importante tem uma tendência a se deslocar para os mercados mais descentralizados, para as portas da cidade, nos muros, ou para a zona do porto, quando existe um.

A importância da ágora na percepção que dela tinham os cidadãos é reforçada pelo cuidado que a cidade tinha em dotar este espaço com um conjunto arquitetônico imponente. Esta preocupação é crescente: a ágora de Atenas que na época Clássica tinha apenas os seus lados oeste, norte e sul dotados de monumentos, no período Helenístico foi ornada por um magnífico pórtico do lado leste, ao mesmo tempo em que ganhou, nos outros lados, novos pórticos e um ginásio. Esta tendência à multiplicação dos edifícios na ágora caracterizava as cidades jônicas como Priene, Magnésia do Meandro e as fundações recentes do mundo colonial, como Cirene. Ela se generaliza no mundo grego a partir do século III a.C. e tem como efeito, sobretudo com o uso dos pórticos dispostos em ferradura, tornar as ágoras mais fechadas e um pouco mais distanciadas das outras atividades da cidade. Mas nós podemos dizer que, de um modo geral, a ágora de uma cidade é, na diversidade de suas funções, reflexo bem fiel das preocupações da comunidade.

1.1.3 As muralhas

A aglomeração urbana era geralmente delimitada por muralhas. A maior parte das cidades gregas as possui desde época remota, passando de uma simples acrópole fortificada a um verdadeiro recinto fechado, incluindo a cidade

	Cidade e Território	Jan / 2010
labeca		6 de 16

baixa. A adoção desses recintos foi, em geral, mais precoce nos estabelecimentos gregos da Ásia Menor e nas fundações coloniais do que na velha Grécia devido, sem dúvida, a um ambiente mais hostil. A função das muralhas era tripla.

Em primeiro lugar, as muralhas materializavam o limite entre aglomeração urbana e o campo circundante. Este limite não era sempre franqueado já que, para além das muralhas, se estendia, com frequência, uma zona de subúrbios (*proásteion*) que se desenvolveu anarquicamente. Da mesma maneira, era necessário, de tempos em tempos, aumentar o recinto que se tornava reduzido para a população crescente, tal como aconteceu em Atenas depois das guerras médicas, se é que podemos acreditar em Tucídides [I.93.2]. Em outros casos, ao contrário, podia acontecer que, no momento de uma fundação, se calculasse um perímetro que se constatasse posteriormente muito estendido, como aconteceu com Megalópolis, na Arcádia, que fundada no século IV a.C. e ainda no século III a.C., não possuía um número de habitantes suficientes para preencher todo a extensão amuralhada. Quando existe um porto, não é raro que os muros fossem prolongados para incluí-lo, como em Atenas, Mégara, Corinto ou Argos, de sorte a proteger o próprio porto por uma muralha atravessada (*diateichisma*) por trás da zona portuária (ver fig. 12). Mas, se a muralha é uma linha de demarcação, ela não representa, pelo menos em tempos normais, uma barreira que separa categoricamente a *ásty* e a *khóra*, já que o vai e vem é permanente entre as duas áreas por razões econômicas, políticas e religiosas.

As muralhas cercam o perímetro a defender por último, no caso que não se tenha conseguido deter o inimigo na *khóra* ou no caso de se ter optado por uma estratégia defensiva como fez Péricles logo no começo da guerra do Peloponeso. Lembre-se que o núcleo urbano constitui desde sempre uma zona carregada de um tipo de sacralidade e, por isso, seria ímpio abandoná-la e, por isso mesmo, as muralhas tinham um papel de recinto sagrado. De resto, os deuses estão encarregados de proteger as portas da cidade e é frequente que as divindades fossem representadas diante de certas portas das quais eram as protetoras (Dioniso e Hércules, por exemplo, figurados em baixo relevo em uma das portas de Tasos são designados como guardiões da cidade).

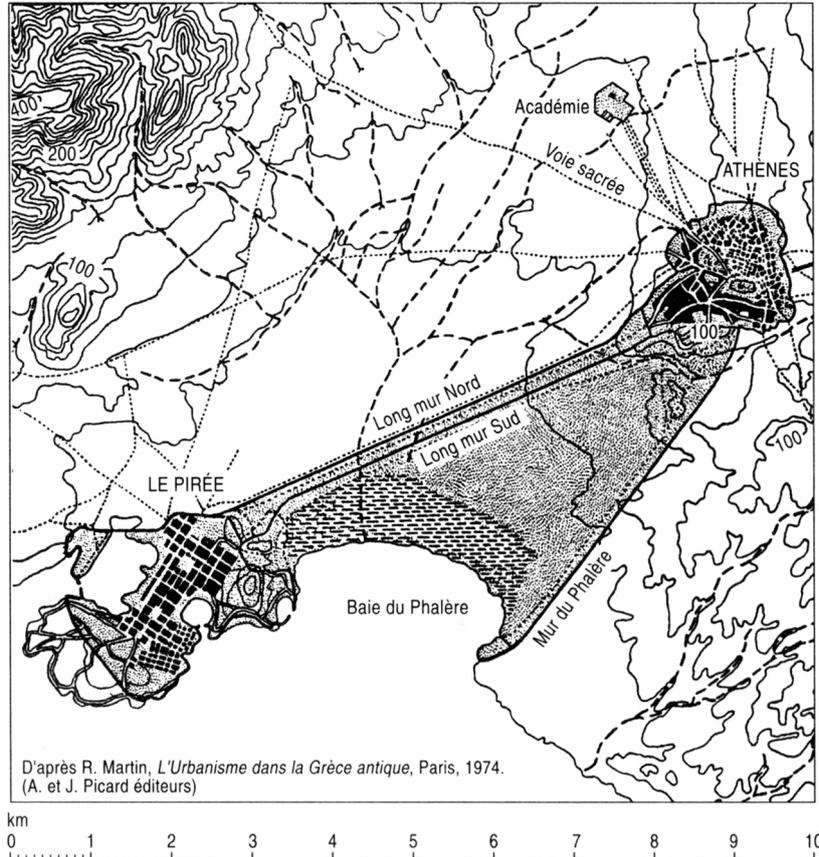
As muralhas têm, por fim, uma função simbólica que estudos mais recentes destacaram. Muitos textos associam as noções de cidade, de muralhas e de civilização. A ausência de cidades e de muralhas se encontra, com efeito, em três casos: nas fronteiras do helenismo, nas fronteiras da humanidade, no começo da história. Para Heródoto [IV.46], por exemplo, os citas, esses bárbaros nômades, são definidos como “povos que não possuem nem cidades, nem

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Cidade e Território	Jan / 2010
labeca		7 de 16									

muralhas, mas que tem casas ambulantes”; para Eurípides [*Ciclope* 115-124], os Ciclopes, esses seres que apenas merecem o nome de homens, ignoram as cidades, as muralhas e o cultivo do trigo e vivem em antros, alimentam-se do leite e da carne de seus rebanhos; para Tucídides [I. 5.1-3], muito antes da guerra de Tróia, os homens viviam em aldeias sem muralhas e continuar a não possuir muralhas, em pleno século V a.C., seria uma prova de arcaísmo. As muralhas são também símbolo da soberania: a cidade vencida é frequentemente constrangida pelo vencedor a desmontar as suas muralhas. Quando os persas sitiaram Focea, em 545 a.C., seu chefe deu a conhecer aos sitiados que ele se daria por satisfeito se os foces demolissem nem que fosse apenas uma fileira de sua muralha. Quando os atenienses sufocavam a revolta de uma cidade membro de sua confederação marítima, eles exigiam que esta destruísse as suas muralhas.

Uma das raras cidades importantes que passou sem muralhas durante a maior parte de sua história foi Esparta, que começou a se fortificar apenas no começo do século III a.C. e não foi toda amuralhada antes de 195 a.C. Muitas explicações foram aventadas: a) o poderio militar dos espartanos que, como diz Tucídides [I.10.2], “administram dois quintos do Peloponeso e possuem a hegemonia sobre o conjunto da região e sobre numerosos aliados do exterior”; b) o cinturão de aldeias periecas que, ao redor de Esparta, correspondiam a postos avançados de defesa espartana; c) os numerosos postos fortificados que Esparta estabeleceu nas principais rotas que conduziam à Lacônia ou ao longo da costa. É formidável que Esparta tenha sofrido apenas uma invasão grave do seu território em época clássica: aquela conduzida pelos tebanos na Lacônia em 370 a.C.; estes chegaram até os subúrbios da cidade.

12. ATHÈNES ET LE PIRÉE



1.2 A khóra

A *khóra* é mais ou menos extensa, exígua nas cidades da velha Grécia, mais vasta nas colônias gregas de vocação agrária. Ela pode tanto englobar a aglomeração, como estar confinada ao interior, no casos das cidades costeiras; pode ainda se estender em uma faixa estreita entre o mar e a montanha; também pode acontecer dela se estender, nas cidades instaladas em ilhas, por exemplo, pelo outro lado do braço de mar, no continente (como em Tasos ou em Rodes). O termo planície, que por vezes usamos para definir a *khóra* em relação ao centro urbano, convém mal já que a *khóra* não é uma área sem construções: as aldeias podem ser com efeito numerosas; uma boa parte da população das cidades gregas habita no campo. A *khóra* é também pontilhada por numerosos

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Cidade e Território	Jan / 2010
labeca		9 de 16									

fortes destinados a retardar a ação dos invasores ou a servir de primeiro refúgio às populações rurais em caso de ataque do território.

A zona mais distanciada da cidade constitui o que os gregos chamavam de *eschatiai*, ou seja “as partes distantes”, trata-se, quase sempre, de uma zona de fronteira, de “confins”. Essas *eschatiai* estavam em geral compostas por terras não cultivadas, bosques, pântanos, contrafortes de colinas deixados de lado nas partilhas, mas podiam ser também áreas cultiváveis disputadas pelas cidades vizinhas em querelas intermináveis. Cálcis e Erétria, duas cidades da Eubéia, disputaram violentamente o controle da planície lelantina em meados do século VIII a.C.; Esparta e Argos guerrearam durante toda a sua história pela posse da região fronteiriça da Cinúria (ou Tireatide).

De modo geral, a dupla cidade/território era, é preciso repetir, indissociável na definição de cidade. O laço era muito forte entre os camponeses e os cidadãos, mesmo nas cidades que davam bastante importância ao comércio marítimo. Em Atenas, muitos cidadãos mantinham suas relações com o campo e permaneciam inscritos em seus demos de origem, como fica demonstrado em numerosas inscrições. Teremos oportunidade de voltar para o assunto da participação política dos camponeses atenienses nas diferentes instâncias. Nas cidades de importância mediana, muitos proprietários de terra trabalhavam nos campos durante o dia e voltavam à cidade no final da jornada. Diodoro [VIII. 51.1-2] nos conta que a cidade de Cízico foi tomada sem dificuldade, em 319 a.C., pelo sátrapa da Frígia porque a maioria da população se encontrava nos campos; de seu lado, os mantineus aceitaram sem muita pena a destruição de sua cidade, em 385, pelos espartanos e a volta às suas aldeias de origem já que, como eles mesmos diziam, estariam mais próximos de suas terras. *Ásty* e *khóra* estavam, portanto, unidas por laços múltiplos: econômicos, sociais, militares e religiosos e não conseguiríamos estudar a cidade grega sem enfrentar, a todo instante, essa dualidade que fundamenta sua existência.

2. Sinecismos

São numerosas as cidades que nasceram da reunião de várias aglomerações: vilas, aldeias ou mesmo pequenas cidades. A Grécia usava o termo sinecismo (*synoikismós*) para designar esta reunião. É verdade que esta palavra pode também ter o sentido – em época helenística – de reconstituição e, portanto, se aplica a uma cidade que precise ser repovoada. Mas, no seu uso mais antigo e mais comum, sinecismo é o movimento que conduz os habitantes

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Cidade e Território	Jan / 2010
labeca		10 de 16									

de aglomerações diferentes a “morar juntos”, formando uma única comunidade, sem que ocorra uma transferência de população. Este agrupamento pode ser mais ou menos vasto: algumas cidades nasceram da reunião de duas ou três aldeias, outras nasceram da reunião de mais aldeias, como o caso do sinecismo de Tegéia na Arcádia que reuniu nove aldeias.

Se acreditarmos nas tradições, a cidade de Atenas teria se constituído a partir da reunião de várias comunidades aldeãs, as quais são definidas como *póleis* por Tucídides [II.15.2] e descritas por este autor como tendo um Conselho e magistrados. Mas estas *póleis* não passavam de grandes aldeias: o sinecismo reuniu Atenas, Eleusis, Tóricos, Bráuron e a tetrapolis de Maratona. O processo de reunificação consistiu apenas, de acordo com este historiador, em transferir à Atenas o governo central e as contribuições financeiras feitas por cada uma destas *póleis*. Este autor atribui este feito a Teseu; mas isso não nos esclarece a respeito de quando este processo ocorreu. Alguns historiadores não hesitam em colocá-lo no período dos ‘séculos obscuros’ o que faz supor que, nesta conjuntura difícil, Atenas teria conhecido um período suficientemente abastado de sorte a crescer. Outros historiadores, mais prudentes, pensam que este é um processo do século VIII a.C. O movimento demográfico que caracteriza esse século teria propiciado este desenvolvimento, atestado pela arqueologia de vários sítios rurais na Ática, como Tóricos ou Vari e teria provocado a necessidade de um reagrupamento destes sítios em um conjunto maior. A história do sinecismo ateniense explica, de toda forma, a vitalidade destas comunidades rurais da Ática. Permite também compreender porque Atenas não é apenas uma cidade rodeada de campo sem pessoas, mas estava rodeada de uma *khóra* vivaz, em que os demos rurais não ficavam atrás dos demos urbanos como lugares de animação e como centros de aprendizado da vida cívica.

Esparta foi também constituída a partir de quatro localidades: Limnai, Kinosoura, Messoa e Pitane. A aproximação destas aldeias foi facilitada pela diarquia estabelecida entre duas grandes famílias: a dos agiadas, originária de Pitane e a dos euripontides ligada a Limnai. Mais tarde, a aldeia de Amyklai, distante alguns quilômetros, foi agregada à comunidade espartana para formar um quinto distrito. As quatro primeiras localidades estavam suficientemente próximas uma da outra para formar um tipo de grande aglomeração, mas eram suficientemente diferentes para que uma muralha fosse traçada ao redor das quatro juntas. Esta dispersão relativa fez Tucídides [I.10.2] afirmar, em pleno século V a.C., que Esparta não era uma cidade propriamente ‘*sinoikizada*’ de acordo com a sua própria expressão. Esta relação de uma cidade aberta com uma *khóra* que

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Cidade e Território	Jan / 2010
labeca		11 de 16									

se insere entre os componentes da cidade explica, em parte, a atenção extrema que Esparta dá ao seu território e àqueles que o habitam e o cultivam. Vemos, assim, que a história da constituição do conjunto cidade/território tem bastante importância nas relações que estes dois componentes mantêm entre si. Mas, mais importante, ainda, é a percepção que seus cidadãos têm disto.

3. O espaço cívico.

3.1 A noção de espaço cívico

Nós definiremos o espaço cívico como a área na qual o cidadão é chamado a exercer todas as suas prerrogativas cívicas. É, portanto, o conjunto constituído pelo centro urbano, a *khóra*, as muralhas e não apenas o espaço comum central em que se desenvolve o poder político. Em ocasiões diferentes, o cidadão é levado a medir este espaço: quando é um jovem efebo, ele começa o seu tempo de serviço (militar) pela volta que realiza nos santuários; depois faz o *peripolos* pela *khóra* pousando nos fortes; quando se torna cidadão, frequenta a ágora ou a Pnix ou segue as procissões que o levam da periferia ao centro ou do centro à periferia ou, ainda, quando com o seus companheiros de armas, ele participa da falange para defender o território; enfim, ao passar da idade de partir em campanha militar, ele faz a guarda nas muralhas. Estudos recentes ressaltaram, com justiça, a importância do papel desempenhado pelos santuários nesta percepção do espaço cívico: santuários urbanos são agrupados na acrópole ou disseminados pela cidade, mas também há santuários suburbanos ou extra-urbanos que, por sua localização na *khóra* ou no extremo limite dela, fornecem ao cidadão os sinais que ele precisa. Esses santuários são marcos como tantos outros.

Assim, falar de marcos não significa que a percepção deste espaço seja uma simples questão de apreciação geométrica: este espaço não é simplesmente 'agrimensurado'. É em referência a ele e aos seus diferentes pólos que o cidadão pode se definir e viver plenamente a sua identidade de cidadão, quer dizer a sua relação com a terra, sua relação com o poder, sua relação com os deuses, sua relação com o passado da cidade. Fora do espaço cívico, o cidadão não é nada e é por isso que o exílio, voluntário ou o ostracismo são tão duramente sentidos.

De toda forma, o espaço cívico é um espaço policêntrico, em que todos os diferentes pólos tem um papel importante na vida do cidadão. Não podemos

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Cidade e Território	Jan / 2010
labeca		12 de 16									

privilegiar nem a acrópole nem a ágora, nem os santuários nem os confins na percepção que o cidadão tem do espaço em que vive. Esta posição policêntrica aparece nas evidências que temos tanto das fundações novas coloniais quanto das cidades na velha Grécia. Sem dúvida pode ocorrer entre estas últimas, de acordo com a sua história ou com o tipo de *politeia*, que ela adotou uma hierarquização dos pólos. Mas se a prioridade for dada pelo aspecto político a um determinado pólo (acrópole ou ágora) como centro de decisão, o cidadão se define em função de outros pólos também tão necessários à sua identidade: religiosa, econômica ou estratégica.

3.2 Espaço privado e espaço público

Para compreender a relação do cidadão com o espaço cívico, é necessário também compreender que ele o ocupa tanto como pessoa privada quanto como membro da comunidade, sem que estes dois modos de apropriação sejam verdadeiramente antagônicos. Como pessoa privada, ele se liga ao território pela posse de uma parte da terra cívica, seja sob a forma de um lote de um único proprietário, seja – o mais frequente –, sob a forma de lotes dispersos. Ele podia ser proprietário também de uma residência na parte construída do território. Como membro da comunidade, ele tinha acesso a todos os lugares públicos: terrenos comunais, praças públicas, santuários, ginásios, edifícios diversos dos quais ele podia ser excluído apenas em casos de *atimia* total e que não podia usar com fins pessoais em detrimento do uso comum.

Esta divisão entre espaço privado e espaço público aparece claramente quando da fundação de uma colônia. A distribuição das terras na chegada dos colonos comporta, com efeito, várias operações: na *khóra*, procede-se a uma primeira repartição das terras mais próximas aos vários chefes de família, cada um recebendo um lote. Atribui-se, igualmente, a cada colono, no espaço previsto para a construção da cidade, uma parcela na qual ele construirá sua casa e onde disporá eventualmente de um espaço destinado a uma horta ou a um pomar. É o que aconteceu em Issa, colônia fundada em 385 a.C. em uma ilha da costa oeste da Grécia onde cada um dos duzentos primeiros colonos recebeu um lote de terra para o cultivo na *khóra* e um lote de terra para construção na cidade com um jardim adjacente. Ao mesmo tempo, na maioria das fundações coloniais são tomadas disposições que determinam um espaço público (*demósion*): no campo reservam-se terras para a chegada eventual de novos colonos e prevê-se que, se necessário for, os primeiros a chegar disporão de uma parte de seus lotes

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Cidade e Território	Jan / 2010
labeca		13 de 16									

para a constituição de um lote comum. Na cidade, locais são previstos para os edifícios públicos e se reserva também uma zona para o crescimento da cidade.

Nestas fundações novas, a distinção entre espaço público e espaço privado é, em geral, bem materializada: em Mégara Hibleia, colônia de Mégara na Sicília, fundada em meados do século VIII a.C. e da qual podemos seguir a evolução durante o período Arcaico, o espaço destinado à ágora está claramente delimitado em três lados por ruas que o enquadram e quase fechado por edifícios cultuais e pórticos nos bordos. As ruas – que fazem parte do espaço público –, estão separadas das casas que as margeiam por muros contínuos. Por outro lado, os arqueólogos observam que, nesta cidade, o espaço público, destinado à construção de numerosos edifícios públicos civis e religiosos fora da ágora, tende a se estender às expensas do espaço privado.

É preciso notar ainda que este esquema de uma divisão clara entre o espaço público e o espaço privado não se verifica em todas as fundações coloniais: ali onde não se dispõe de um vasto território (como cidades estabelecidas em uma ilha ou sobre um pequeno promontório), a densidade de ocupação leva à irregularidade dos quarteirões de casas e à sobreposição dos dois tipos de espaços. *A fortiori*, nas cidades antigas, em que o desenho urbano é o resultado de uma evolução muito progressiva e lenta, os limites entre o espaço público e o espaço privado é frequentemente menos visível, no sentido em que é mais difícil saber onde ficam as fronteiras de um terreno sagrado, onde ficam os limites de uma praça pública e onde estão os centros públicos de decisão. Conhece-se um decreto emitido pela *eklesia* de Atenas, no século V a.C., em que se relembra a obrigação de respeitar os limites do santuário do Pelárgicon, de onde as pessoas estavam retirando pedras e terra. Da mesma forma, os edifícios cultuais e os lugares de decisão política foram dispostos em Corinto, sem uma ordem mais definida, em torno da colina do templo de Apolo.

3.3 A organização do espaço: o exemplo de Clístenes

Em torno de 508-507 a.C., depois da queda da tirania de Pisístrato e de uma tentativa abortada de retomada do poder pelos oligarcas, o alcmeônida Clístenes instituiu uma reforma que lançou as bases da democracia ateniense, senão a instaurou. Mas o que marca a originalidade dessa reforma política é a tentativa audaciosa de conciliar os dados da geografia humana e da realidade social com os objetivos de uma construção política que resistiu à prova do tempo.

	Cidade e Território	Jan / 2010
labeca		14 de 16

Na base desse sistema, havia uma realidade geográfica, o dêmo, agrupamento aldeão que existia havia muito tempo e que sofreu apenas alguns ajustes: algumas aldeias foram re-agrupadas para formar um único dêmo e na cidade, bairros foram individualizados em demos urbanos. Por outro lado, a Ática foi dividida em três grandes setores: a *Paralia* (o litoral), a *Mesogeia* (o interior) e a *ásty* (a cidade). Cada uma dessas três regiões foi dividida em dez distritos ou trítias que agrupavam cada uma um certo número de demos. Até aqui, a organização segue muito próxima da implantação geográfica dos habitantes da Ática. Mas, o elemento essencial deste sistema é a tribo: os atenienses foram divididos em dez tribos (no lugar das quatro que existiam anteriormente). Cada uma dessas tribos compreendiam três trítias, uma da *Paralia*, uma da *Mesogeia*, uma da *ásty*. A tribo tornou-se o quadro fundamental no qual os atenienses deviam exercer suas prerrogativas cívicas, pois é sobre a base da tribo que eles escolheriam os membros do Conselho, que nomeariam seus magistrados, que sorteariam ou elegeriam aqueles entre os seus sacerdotes que não teriam cargos hereditários, que elegeriam seus estrategos e que cumpririam suas obrigações militares. Assim, quando eles atuavam no contexto de sua tribo, eles tinham que se reunir com pessoas do litoral, do interior e da cidade para tomar as decisões e o único laço que os uniria seria o de pertencer a uma única tribo que não possuía um contorno geográfico definido (fig. 13).

A chave desse sistema era o Conselho dos quinhentos, a *Bulé*, composto por atenienses de mais de trinta anos sorteados em número de cinquenta por tribo, cuja opinião era necessária para qualquer decisão da Assembléia do povo. Este Conselho funcionava tendo por base a tribo, já que os cinquenta *buleutes* de uma tribo asseguravam a continuidade dos assuntos durante uma décima parte do ano. Alguns historiadores consideram mesmo que a *eklesía* tinha, também, desde a reforma de Clístenes, funcionando nos quadros da tribo e que os cidadãos assumiam um lugar nela em função de informações que vinham da tribo ou das trítias. Mas não temos documentação que comprove isto, a não ser no século IV a.C. Em todo o caso, tratava-se de eleger os estrategos e, para isso, a votação se realizava por tribo na Assembléia.

O princípio dessa repartição era fazer de uma maneira que, nas instâncias de decisão em todos os níveis, a população fosse representada sem que se levassem em conta as diferenças sociais ou as conivências próprias de vizinhos que podiam facilitar as solidariedades de linhagem, as relações de clientela ou os grupos de pressão regional que beneficiavam, em geral, a aristocracia. Alguns historiadores levantaram a hipótese de que esta reforma tinha tido por

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Cidade e Território	Jan / 2010
labeca		15 de 16									

finalidade facilitar a mobilização dos atenienses e, assim, a reunião do exército de forma rápida e eficaz em qualquer eventualidade. Outros acreditam que Clístenes usou esta nova divisão da Ática para manipular a representação das trítias em benefício dos alcmeônidas! É mais plausível pensar que se tratou sobretudo de operar uma divisão que pôde colocar fim aos problemas sociais tradicionais. A vantagem do novo sistema foi também de permitir uma melhor integração no quadro cívico dos novos cidadãos, criado por Clístenes, já que a cidadania foi concedida a numerosos metecos de origem estrangeira e de origem servil [Aristóteles, *Política* II.1275 b].

O que é importante sublinhar é que Clístenes não suprimiu os quadros espaciais tradicionais, já que conservou os demos. Ele também não suprimiu todas as referências geográficas com a divisão da Ática em três regiões, mas compôs um espaço cívico que, de alguma maneira, se sobrepôs ao espaço geográfico. Como já dissemos, o espaço cívico foi, em primeiro lugar, um espaço vivido, dinâmico, relacional. A vantagem desta abordagem é que em razão da divisão estabelecida entre as categorias independentemente de suas ligações sociais ou regionais ela abriu, teoricamente, a via àquilo que é chamado de isonomia, isto é, a divisão equitativa, a repartição igual. Dito de outra maneira, o acesso de todos a tudo o que se distribui: funções, prerrogativas e vantagens. Mas a isonomia ainda não é a democracia, faltava ainda bastante para se chegar lá.

A experiência de Clístenes é uma das melhores ilustrações que temos de uma tentativa coerente de organização do espaço cívico. Muitos historiadores mostraram que as lições das experiências coloniais (em particular de Cirene, de Lipari, de Quersoneso trácio ou de Tasos) contribuíram em muito. Da mesma forma, atuou como lição, o espírito geométrico herdado dos sábios da escola de Mileto do século VI a.C., especialmente de Anaximandro. Sem dúvida também, como já foi observado pelos historiadores, a reforma de Clístenes situa-se em um momento privilegiado, em que o pensamento político e a atmosfera intelectual conjugaram-se para impor a ideia de uma solidariedade necessária. Mas a pesquisa a respeito de uma certa adequação entre espaço e instituições parece ter sido sempre uma preocupação constante, tanto de legisladores ou de responsáveis políticos antes e depois de Clístenes, o ateniense, e também dos teóricos da política, de Pitágoras a Aristóteles passando por Hipodamo de Mileto e Platão. Por fim, esta preocupação inscreve-se, em uma perspectiva mais ampla: aquela que consiste em dar à cidade uma boa *politeía*.

